

PROPOSTA GRUPO 2

TEMA: Como a Interprofissionalidade na Atenção Básica pode colaborar na qualificação e resolutividade da assistência no contexto dos serviços de saúde de Jataí?

Para que? A intencionalidade da proposta é disseminar a ideia de que a atenção básica centrada no usuário e voltada a promoção da saúde e prevenção das doenças pode resolver até 80% das demandas em saúde da população, e que a interprofissionalidade e a prática colaborativa são modos de trabalhar para atingir esse objetivo.

Para quem? Profissionais de saúde, acadêmicos da área da saúde e população em geral;

Onde? Páginas oficiais no PET-SAÚDE INTERPROFISSIONALIDADE

Como? Vídeo de até 5 minutos explicando o que é a regionalização no contexto do SUS, apresentando exemplos de outros estados em que a lógica é empregada; destacar o papel da interprofissionalidade e prática colaborativa para qualificação da atenção primária (responsabilidade municipal), apresentando exemplos reais de como isso acontece.

É meta da atual gestão estadual, desde o início da gestão, a regionalização dos serviços de saúde. Regionalizar, ou melhor, a regionalização é um princípio organizativo do sistema único de saúde.

Partindo de uma definição primeira, regionalizar é organizar por regiões. Nesta perspectiva, região de saúde pode ser entendida como a divisão territorial onde está organizado um conjunto de ações e serviços de saúde. Desse modo, a regionalização é um processo técnico-político relacionado à definição de recortes espaciais para fins de planejamento, organização e gestão de redes de ações e serviços de saúde.

A estadualização do Hospital das Clínicas Dr. Serafim de Carvalho integra o plano de regionalização da saúde da Secretaria Estadual de Saúde. Nesse processo, a gestão desse serviço de saúde passa a ser do governo estadual, que é quem determinará como o hospital funcionará, em um cenário em que a assistência curativa ainda é norteadora do cuidado em saúde. No nosso país, outros estados já tem a regionalização como modelo de sua atenção à saúde.

As Comissões Intergestores são exemplos de instâncias de pactuação consensual entre os entes federativos para definição das regras da gestão compartilhada do SUS, a partir da organização e do funcionamento das ações e serviços de saúde integrados em redes de atenção à saúde, sendo no âmbito nacional, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT); no âmbito estadual, a Comissão Intergestores Bipartite

(CIB); no âmbito regional, a Comissão Intergestores Regional (CIR). Dessa maneira, a própria noção de rede regionalizada e hierarquizada, prevista no texto constitucional, pressupõe a região como atributo fundamental para sua organização e funcionamento. Esta se constitui por um conjunto de unidades - ou pontos de atenção -, de diferentes funções, complexidades e perfis de atendimento, que devem operar de forma articulada no território, de modo a atender as necessidades da população. Portanto, existem diferentes critérios para a organização regional dos serviços de saúde: por tipos de assistência prestada (ambulatoriais, hospitalares de diversos tipos, domiciliares, urgência e emergência); por níveis de complexidade da atenção à saúde (atenção básica, média e alta complexidade); pela direcionalidade das ações (agravos, grupos populacionais e áreas específicas da atenção à saúde); e, ainda, por modelos de prestação do cuidado. Um exemplo de hospital regionalizado é o Hospital de Urgência da Região Sudoeste Dr. Albanir Faleiros Machado (HURSO), sendo situado na cidade de Santa Helena de Goiás, prestando serviços para todos os municípios do sudoeste de Goiás.

A Atenção Primária é a principal porta de entrada e o centro articulador do acesso dos usuários ao Sistema Único de Saúde (SUS) e às Redes de Atenção à Saúde, orientada pelos princípios da acessibilidade, coordenação do cuidado, vínculo, continuidade e integralidade. Para atender esses princípios, a Atenção Primária desenvolve programas e ações, considerando a diversidade das necessidades de saúde dos usuários. Assim, a Atenção Primária à Saúde deverá apropriar-se de uma maior capacidade de resolução dos casos sensíveis a esse nível de assistência, pautada principalmente na promoção da saúde e prevenção de doenças, integralidade e centralidade no usuário. Nesse sentido, a Interprofissionalidade, pautada pela prática colaborativa, já é descrita, e reconhecida, como uma forma de organização do trabalho em saúde capaz de qualificar a assistência trazendo resolutividade no cuidado em saúde, inclusive na Atenção Primária.

A interprofissionalidade e a colaboração no âmbito das equipes e também destas com demais serviços da rede de atenção à saúde, é fundamental para a melhoria do atendimento prestado, visto a complexidade crescente do cuidado em saúde. A colaboração se caracteriza especialmente pela comunicação efetiva interprofissional e com usuários e população na construção de parcerias. Assim sendo, o trabalho em equipe e prática colaborativa devem contribuir e ter repercussões em duas direções: melhorar o acesso e a qualidade da atenção à saúde a usuários e população do território

e promover maior satisfação no trabalho dos profissionais envolvidos. Para isso, trabalho em equipe e colaboração interprofissional na APS precisam ser abordados de forma contingencial. Desse modo, a prática interprofissional colaborativa em Saúde apresenta-se, atualmente, como estratégia de suma importância no cenário da saúde por possibilitar reversão ao modelo de atenção em saúde hegemônico e, assim, aumentar a resolutividade do trabalho em equipe, com respeito à integralidade do cuidado. Fato esse demonstrado em um município localizado na região noroeste do estado do Paraná (Brasil).

O avanço do processo de regionalização pode interferir positivamente no acesso à saúde, pois permite: observar os determinantes sociais de saúde no modo como estes se expressam no território; projetar necessidades de organização dos serviços de forma ampla incorporando diferentes campos da atenção e visão de futuro; e atender uma população que não necessariamente se restringe aos territórios municipais.

Além disso, pode estabelecer portas de entrada e hierarquia tecnológica com base em parâmetros de necessidade e utilização dos recursos disponíveis; utilizar melhor os recursos humanos e tecnológicos presentes na região de forma a desbloquear fluxos e garantir resolutividade na atenção; disponibilizar recursos sociais e políticos que incentivem o compartilhamento de responsabilidades entre os governos e a participação da sociedade nesse processo.